Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Nova York, 6 de abril de 1962.

No banquete oferecido pelas associações americano-brasileiras.

É com prazer que compareço perante os homens de emprêsa dêste grande país, representados pelas entidades que tão gentilmente me acolhem neste recinto. A êstes homens, como aos que no Brasil e no mundo se entregam a essas atividades, não é estranho o angustiante desafio pela erradicação das condições de subdesenvolvimento infelizmente ainda reinantes em cêrca de dois terços da população do globo terrestre. Mas a verdade é que o vosso eminente Chefe de Estado, Presidente John Kennedy, sentiu agudamente os anseios dessas populações, ao estabelecer o plano financeiro da Aliança para o Progresso, que, uma vez executado, constituirá uma contribuição capaz de promover a integração de grandes massas nos benefícios da civilização continental.

Nos países de economia escassa ou em desenvolvimento econômico, a infra-estrutura material dá ensejo a uma procura crescente de recursos financeiros, tanto por parte do setor público como do privado, porque se abrem variadas, amplas, novas e atraentes possibilidades de inversão. Aos governos dêsses países, como às suas populações, só pode interessar se processe uma capitalização formada por meio de recursos internos e externos que se configurem, à base de uma segurança legal e jurídica, nos objetivos que forem considerados de especial relevância para o progresso nacional e o bem-estar do povo.

Em face das injunções do mundo atual, ocasionadas, em grande parte, pelas sucessivas e imprevistas renovações do fato econômico, nenhuma contradição insuperável deve existir entre a intervenção do Estado no domínio econômico e a liberdade de iniciativa privada. Hoje, essas duas atividades se conciliam, orientadas por objetivos

que se entrelaçam: o Estado suprindo, complementando ou completando a iniciativa privada, enquanto esta se distende, nos limites de suas possibilidades, ao jôgo livre dos fatôres da produção.

Os Estados Unidos da América dão ao mundo o exemplo de uma economia organizada e plenamente desenvolvida. Mas, se isso foi possível pelo trabalho e alto nível de cultura de seu povo, não se deve esquecer também o papel preponderante que suas leis para isso exerceram. O Brasil procura atualmente rever, sem idéias preconcebidas, como em breve ficará demonstrado, a sua legislação sôbre repressão ao abuso do poder econômico, e elaborar o estatuto do capital estrangeiro.

O Govêrno brasileiro está interessado em manter um clima de confiança e de tranqüilidade para os que, visando à obtenção de lucros lícitos, se dispuserem a levar capitais de fora para aplicar no desenvolvimento econômico do nosso país. Legislar sôbre o capital estrangeiro, como, agora, mais uma vez, pretendemos fazer no Brasil, não significa dificultar, embaraçar ou hostilizar as atraentes possibilidades de aplicação que em nossas áreas de atividade existem para êsse capital. Ao Brasil só não interessa o capital predatório ou meramente especulador, porque êste enriquece o seu investidor à custa dos sacrifícios do povo.

A experiência de investimentos estrangeiros no Brasil vem do século passado e mostra de modo eloqüente que nunca, em nosso país, foram negados nem estímulos nem garantias a êsses capitais.

Não concorreram os brasileiros, nem seus governos, para qualquer mal-entendido no que se refere a tais investimentos. Temos cumprido nossas leis com relação a êsses bens e direitos e se, no campo das concessões de serviço público, as atuais transformações, de caráter social e econômico, tornam menos rendosas essas atividades, por certo que o Govêrno e as emprêsas concessionárias saberão encontrar a linha justa da conciliação que, atendendo aos interêsses de ambas as partes, satisfaça também aos interêsses do povo.

Quero assumir a responsabilidade de dizer que o Brasil continua apresentando as melhores e excepcionais condições para aplicação e expansão da iniciativa privada alienígena. Faz menos de um mês que o Presidente John Kennedy, referindo-se ao meu país e à sua posição na América e em face do mundo, disse que é

bastante olhar-se o mapa para ver a importância e a grandeza do Brasil. Lutamos por um país sempre mais próspero, em que todo o povo desfrute de condições de vida melhores e mais dignas. Nesse caminho, do qual não se afastará o Govêrno brasileiro, teremos de vencer muitos problemas, que serão também superados pelos homens e mulheres do Brasil, pelos empresários do meu país, nacionais e estrangeiros, porque a obra a todos reúne e impele para as etapas irreversíveis do progresso nacional.

O processo de industrialização que o País atravessa nos últimos anos deu maior desenvolvimento à produção interna dos bens de consumo, incrementando, ao mesmo tempo, as importações de bens de capital e de equipamentos industriais necessários ao amparo do ritmo de crescimento da economia. Era natural que isso ocasionasse transitório desajuste nas relações de intercâmbio do Brasil com o exterior, inclusive porque o alargamento da nossa pauta de produtos exportáveis e a abertura de novos mercados se processam em tempo mais lento do que as demandas internas.

Os problemas surgidos com o advento do Mercado Comum Europeu e as suas discriminações tarifárias contra os principais produtos da exportação brasileira também influíram, de modo sensível, para o desequilíbrio de nosso balanço de pagamentos. Os compromissos oriundos dêsse desequilíbrio já são objeto de esquemas e acôrdos para sua liquidação, que se processará normalmente. Em contrapartida a êsses compromissos, sem falar no aumento crescente dos recursos nacionais, dispomos de cobertura em bens e melhoramentos produtivos de alto valor e rentabilidade.

Serão vultosos os prejuízos causados ao Brasil pela preferência tarifária que os países membros do Mercado Comum Europeu concedem aos Territórios Associados Africanos. A anunciada adesão da Inglaterra a êsse mercado mais o fortaleceria na sua obra de integração da economia dos países que o compõem. Esperamos que a preferência tarifária aos citados Territórios Africanos seja extensiva aos nossos produtos ou se encontre uma fórmula capaz de harmonizar o interêsse dos países subdesenvolvidos, em face de tais discriminações.

Os Estados Unidos da América e a Grã-Bretanha apoiaram o Brasil na última reunião do GATT, dando acolhida ao protesto

que nossa Delegação formulou contra essas discriminações. Somos sensíveis e gratos a êsse gesto de compreensão dos dois países amigos. Mas desejamos que os governos responsáveis pelo Mercado Comum Europeu nunca esqueçam as antigas tradições de comércio internacional, através do qual se serviram suas nações para se abastecerem de matérias-primas, de bens e serviços, de tudo quanto necessitaram para o seu desenvolvimento econômico. Sobretudo, não é possível considerar superada a liberdade de uma justa competição nos mercados internacionais, inclusive porque não podem os países fugir das imposições da interdependência econômica, sempre indispensável para o funcionamento de determinadas ou específicas atividades.

A ajuda financeira aos países subdesenvolvidos, cujas disparidades na distribuição são muito acentuadas, segundo as estatísticas da ONU, precisa ser vista em correlação com os preços internacionais, de modo a se obter uma compensação razoável para os produtos primários oriundos dêsses países.

É indispensável que um conjunto de medidas seja estudado pelos Estados Unidos da América e outros países industrializados, visando a assegurar a estabilidade dêsses preços internacionais, pois através dêles os países subdesenvolvidos encontrarão recursos de que muito carecem para regularizar o seu balanço de pagamentos e a sua situação econômico-financeira interna e conseqüentes repercussões no campo social.

Desejo chamar a atenção dos homens de emprêsa norte-americanos para as possibilidades que se abrem a um mais rápido desenvolvimento econômico da América Latina, hoje em condições de formar um dos maiores mercados do mundo. E a êsse propósito quero referir-me, em particular, à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), hoje composta de nove países e que, certamente, em futuro próximo, reunirá as demais nações dessa parte do Hemisfério. Por essa Associação criou-se a Zona de Livre Comércio, que não mantém tarifa externa comum e se baseia em normas flexíveis para a liberação do comércio entre as nações que a compõem.

Estamos diante de magníficas perspectivas para integração econômica dos mercados da América Latina, com maiores possibili-

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

dades para o desenvolvimento das indústrias mecânicas e de bens de capital já instaladas e a serem instaladas no País, em condições de custo provàvelmente mais favoráveis e com maior estímulo à expansão industrial. O Brasil deu todo o seu apoio a êsse empreendimento e se dispõe a incentivá-lo pelas vantagens que oferece ao intercâmbio dos países da América Latina, e à redução constante dos *deficits* de seus balanços de pagamentos.

Agradeço a nobre acolhida que me dispensam, neste momento, os homens de emprêsa dos Estados Unidos. O meu país, depois de longos anos de ingente luta para vencer suas dificuldades, marcha confiante pelos caminhos do desenvolvimento econômico e acolhe, de boa vontade, o capital que se proponha cooperar para o seu progresso.

Todos aquêles que procurarem trabalhar conosco, de acôrdo com os interêsses do povo e da nação brasileiros, podem estar certos de que terão sempre integral solidaridade num país que sabe preservar os princípios democráticos e respeitar os direitos e garantias dos que vivem em seu território, sob a proteção de sua bandeira.